

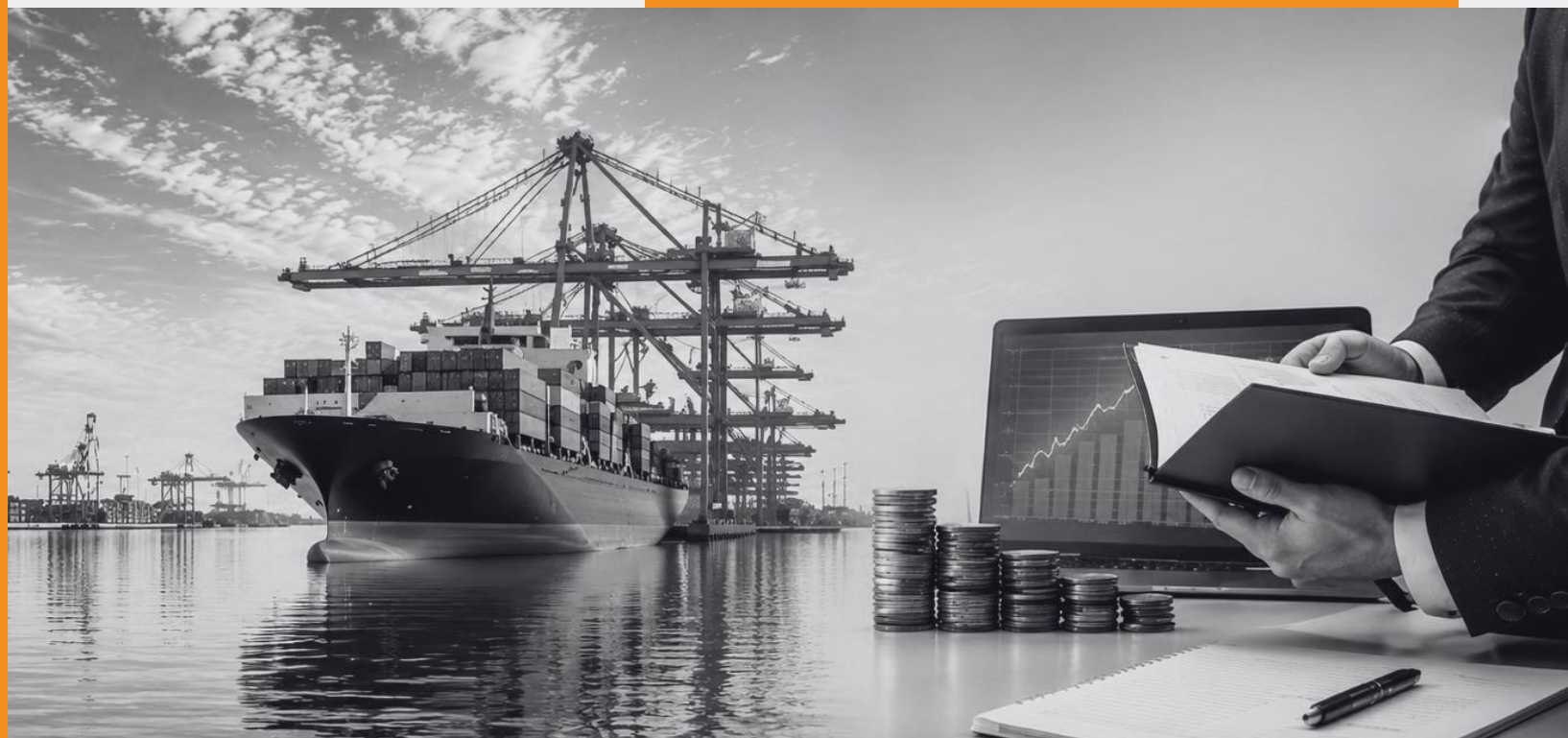
**ADVOCACIA
COMPROMETIDA**
COM SOLUÇÕES
ADUANEIRAS
E TRIBUTÁRIAS



DIEGO JOAQUIM
& ADVOGADOS

LEGISLAÇÃO DO PERÍODO

Reunião Comex
Ciesp Jundiaí
Agosto | 2026



DJA

DIEGO JOAQUIM
& ADVOGADOS



DESTAQUES DO PERÍODO

Atualização das orientações sobre aplicação de penalidades por informações inexatas na importação

Visão geral

A Receita Federal atualizou suas orientações sobre a multa aplicável à omissão ou à prestação inexata ou incompleta de informações necessárias à determinação do procedimento de controle fiscal, como aquelas que identificam os responsáveis pela operação, procedência e aquisição e as características essenciais do bem material.

Impactos

- A penalidade prevista é de 100 UPF por informação, equivalente a R\$ 20 mil em 2026;
- Autuações exigem análise jurídica individualizada;
- Inconsistências podem surgir antes da declaração;
- Maior exposição com a integração de informações fiscais.

Pontos de atenção

- Reforma tributária: IBS e CBS na Duimp a partir de 2027;
- Aplicação única de multa para infrações relacionadas;
- Análise conforme a data do fato gerador;
- Possíveis hipóteses de redução da multa;
- Revisar origem, procedência e aquisição.

Diferimento na importação entra em fase de teste

Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 201, de 20/07/2026

Visão geral

A Portaria Coana nº 201/2026 instituiu teste para diferimento do pagamento de tributos incidentes na importação, permitindo que valores devidos em Duimps selecionadas sejam recolhidos até o dia 20 do mês seguinte ao registro.

Empresas elegíveis

- Até 30 empresas participantes;
- Certificação OEA-C Referência exigida;
- Manifestação de interesse ou convite da Coana;
- Teste inicial de 180 dias.

Impactos

- Melhora potencial no fluxo de caixa;
- Mais previsibilidade na programação financeira;
- Necessidade de atenção aos prazos de recolhimento;
- Risco de multas, juros e exclusão.

IBS e CBS em documentos fiscais

Ato Conjunto RFB/CGIBS/MF nº 4, de 30/07/2026

Visão geral

Com o fim do período de tolerância, falhas no destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais eletrônicos passam a poder impedir a autorização do documento, tornando a conformidade tecnológica parte essencial da operação fiscal.

Pontos de atenção

- Exigência aplicável desde 3 de agosto de 2026;
- Alíquota-teste total de 1% em 2026;
- Correção espontânea prevista em até 60 dias;
- Programa de conformidade ainda será instituído.

Impactos

- Risco de rejeição de documentos fiscais;
- Possível interrupção do faturamento e expedição;
- Necessidade de revisar ERPs e integrações fiscais;
- Maior exposição com o fim da dispensa de penalidades.

Gestão de ex-tarifários de autopeças não produzidas

Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 935, de 02/07/2026

Visão geral

- A Resolução Gecex nº 935/2026 fixou prazos de vigência para Ex-tarifários de autopeças concedidos no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas;
- O MDIC anunciou que abrirá uma nova janela de prorrogação em setembro para ex-tarifários com vencimento em 31/12/2026 ou 31/03/2027.

Ações importantes

- Levantar Ex-tarifários com vencimento próximo;
- Confirmar interesse na manutenção do benefício;
- Reunir catálogo do bem e dados técnicos;
- Submeter previamente às entidades representativas para obtenção do código SDIC.

Impactos

- Benefícios tarifários podem expirar sem prorrogação;
- Aumento potencial do custo de importação;
- Pressão sobre margens e contratos comerciais;
- Menor previsibilidade para compras futuras.

Acordo Mercosul-Singapura entra em vigor para o Brasil

Decreto Legislativo nº 147, de 2026; Decreto nº 13.039, de 29/06/2026; Decreto nº 13.081, de 27/07/2026

Visão geral

O Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura entrou em vigor para o Brasil em 1º de agosto de 2026, marcando o primeiro tratado comercial do bloco com um país do Sudeste Asiático e ampliando a integração com um mercado estratégico na Ásia.

Reduções tarifárias

- Nas exportações do Mercosul para Singapura, os produtos originários passam a contar com liberalização tarifária imediata.
- No fluxo inverso, o Mercosul eliminará tarifas sobre 95,8% das linhas tarifárias, sendo 25,6% imediatamente e as demais com cronogramas de 4, 8, 10 ou 15 anos.

Impactos

- Novas oportunidades comerciais no mercado asiático;
- Necessidade de verificar classificação fiscal e origem;
- Revisão de preços, margens e estratégia comercial;
- Adequação dos controles internos de exportação.

Contencioso administrativo e acesso ao Carf

Portaria RFB/MF nº 702, de 08/07/2026 que altera a Portaria RFB/MF nº 702, de 08/07/2026

Visão geral

A Receita Federal ajustou as regras do contencioso administrativo após a definição legal do devedor contumaz, prevendo que contribuintes definitivamente qualificados nessa condição terão o recurso voluntário julgado pela DRJ-R, sem reanálise pelo Carf.

Impactos

- Redução de instância para discussão administrativa;
- Maior relevância da qualificação fiscal do contribuinte;
- Necessidade de avaliar riscos antes do recurso;
- Possível mudança na estratégia de defesa.

Pontos processuais

- Qualificação analisada no momento do recurso;
- Julgamento em segunda instância pela DRJ-R;
- Restrição aplicável independentemente do valor;
- Nova pauta em caso de impedimento técnico.

Frete CIF fica fora da base de cálculo do IPI

Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 128, de 31/07/2026

Visão geral

O TRF-4 afastou a inclusão de frete CIF e despesas acessórias na base de cálculo do IPI, alinhando-se ao entendimento do STF no Tema 84 sobre a impossibilidade de ampliação da base do imposto por lei ordinária.

Agrangência

- Vendas com frete CIF incorporado ao preço;
- Operações com seguros e despesas acessórias;
- Cadeias industriais com distribuição nacional;
- Empresas com custos logísticos relevantes.

Impactos

- Possível redução da carga tributária futura;
- Revisão da composição da base do IPI;
- Avaliação de valores recolhidos indevidamente;
- Reforço à estratégia tributária preventiva.

Acordo Mercosul-EFTA avança no Congresso

Decreto Legislativo nº 146, de 2026

Visão geral

O Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e os Estados da EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), ampliando a agenda de integração comercial com países europeus fora da União Europeia.

Impactos

- Potencial ampliação de preferências tarifárias;
- Novas oportunidades para exportadores brasileiros;
- Reavaliação de origem e classificação fiscal;
- Adequação a compromissos comerciais internacionais.

Próximos passos

- Conclusão dos trâmites internos pelas partes;
- Ratificação conforme regras de cada país;
- Publicação dos atos de promulgação;
- Definição da entrada em vigor do acordo.

ALTERAÇÕES E REDUÇÕES TARIFÁRIAS



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 919, de 18/06/2026</u>	Altera o Anexo V da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum do Mercosul .
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 509, de 18/06/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 917/2026.
<u>Decreto Legislativo nº 146, de 2026</u>	Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e os Estados da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) , assinado no Rio de Janeiro, em 16/09/2025.
<u>Decreto Legislativo nº 147, de 2026</u>	Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a República de Singapura , assinado no Rio de Janeiro, em 07/12/2023.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 924, de 24/06/2026</u>	Altera o Anexo IV Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na lista de Reduções Tarifárias por Razões de Abastecimento ao Amparo da Resolução Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 49/19.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 926, de 24/06/2026</u>	Altera a Nomenclatura Comum do Mercosul e sua correspondente Tarifa Externa Comum , conforme estabelecido nas Resoluções nº 04/26 e 05/26 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, e altera a Resolução GECEX nº 272/2021.
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 913, de 12/06/2026</u>	Retifica o ato supracitado que altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Capital .
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 929, de 25/06/2026</u>	Altera o Anexo IX da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Elevações Tarifárias por Razões de Desequilíbrios Comerciais Derivados da Conjuntura Econômica Internacional.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 510, de 25/06/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 919/2026.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 927, de 29/06/2026</u>	Altera o Anexo X da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceções Temporárias para Produtos Automotivos , no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14), entre Brasil e Argentina.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 928, de 29/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, e o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para fins de alteração do prazo de vigência e/ou da descrição de Ex-tarifários de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações concedidos em caráter provisório.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 511, de 29/06/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 929/2026.
<u>Atos Declaratórios Executivos COTIN/COSIT/RFB/MF nºs: 28, de 24/06/2026; 30 a 33, de 30/06/2026.</u>	Enquadram no “ Ex 02 ” do código 8702.10.00 da TIPI os veículos que relacionam.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 925, de 02/07/2026</u>	Altera os Anexos V e VI da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum e na Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital .
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 932, de 02/07/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Capital .

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 933, de 02/07/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações .
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 934, de 02/07/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 311/2022, para fins de concessão de Ex-tarifários para produtos automotivos grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 935, de 02/07/2026</u>	Fixa prazos de vigência para os Ex-tarifários de autopeças concedidos no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas, constantes dos Anexos I e II da Resolução GECEX nº 284/2021.
<u>Ato Declaratório Executivo COSIT/RFB/MF nºs: 34 e 35, de 01/07/2026</u>	Enquadram no “Ex 02” do código 8702.10.00 da TIPI os veículos que relacionam.
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 917, de 12/06/2026</u>	Retifica o ato supracitado que altera os Anexos II, V e VI da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de alteração de alíquotas do imposto de importação .
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 513, de 02/07/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 927/2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Atos Declaratórios Executivos</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 36 a 39, de 02/07/2026</u>	Enquadram no “Ex 02” do código 8702.10.00 da TIPI os veículos que relacionam.
<u>Retificação – Portaria SECEX/MDIC nº 509, de 18/06/2026</u>	Retifica o ato supracitado que estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 917/2026 .
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 514, de 07/07/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 924/2026 .
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 515, de 07/07/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cota para importação determinada pela Resolução GECEX nº 925/2026
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 937, de 10/07/2026</u>	Altera o Anexo V da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum .
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 523, de 15/07/2026</u>	Altera a Portaria SECEX nº 249, de 4 de julho de 2023, para permitir a atuação nacional das entidades de classe expressamente autorizadas a emitir certificados de origem.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Atos Declaratórios Executivos</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 40 a 42, de 03/07/2026</u>	Enquadram no “ Ex 02 ” do código 8702.10.00 da TIPI os veículos que relacionam.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 522, de 14/07/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cota para importação determinada pela Resolução GECEX nº 759/2025.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 939, de 17/07/2026</u>	Altera o Anexo IV Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na lista de Reduções Tarifárias por Razões de Abastecimento ao Amparo da Resolução Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 49/19.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 941, de 23/07/2026</u>	Altera o Anexo IX da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Elevações Tarifárias por Razões de Desequilíbrios Comerciais Derivados da Conjuntura Econômica Internacional.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 529, de 23/07/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 939/2026.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 942, de 30/07/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, e o Anexo Único da Resolução GECEX 781/2025, para fins de alteração do prazo de vigência e da descrição de Ex-tarifários de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações concedidos em caráter provisório.

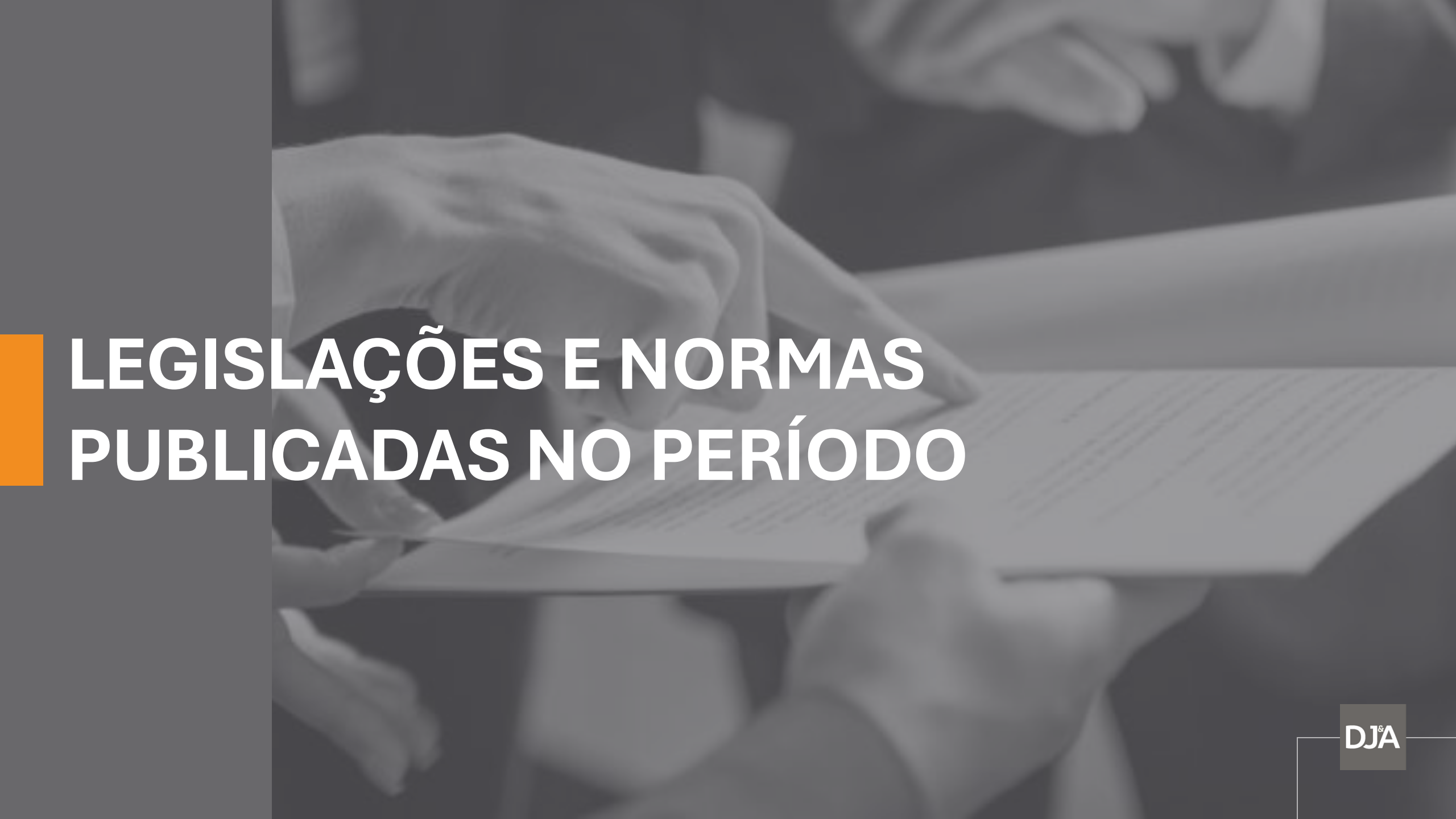
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 943, de 04/08/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Capital.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 944, de 04/08/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 945, de 04/08/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 311/2022, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários para produtos automotivos grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 946, de 04/08/2026.</u>	Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução GECEX nº 284/2021 , para fins de alteração e revogação de Ex-tarifários.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 949, de 11/08/2026.</u>	Altera os Anexos V e VI da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum e alteração de alíquotas na Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital.



MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Consulta Pública SDIC/MDIC nº 15, de 16/06/2026</u>	Torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico – PPB de bens de informática .
<u>Portaria nº 249, de 28/05/2026, da Secretaria Nacional de Portos/MPA</u>	Torna pública a abertura de Consulta Pública sobre proposta de Portaria que institui o Programa de Inovação Portuária e Transformação Digital da Secretaria Nacional de Portos - Inovaportos e estabelece sua Estrutura de Governança.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 50, de 01/07/2026</u>	Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto a negociações de acordo de livre comércio entre o Mercado Comum do Sul Mercosul e o Japão .
<u>Circular SECEX/MDIC nº 61, de 24/07/2026</u>	Abre Consulta Pública para a apresentação de manifestações das partes interessadas a respeito de proposta de modificação da Tarifa Externa Comum e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL , nos termos que especifica.
<u>Republicação – Circular SECEX/MDIC nº 61, de 24/07/2026</u>	Por ter saído com incorreção no original republica o ato supracitado que abre Consulta Pública para a apresentação de manifestações das partes interessadas a respeito de proposta de modificação da Tarifa Externa Comum e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL , nos termos que especifica.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 66, de 29/07/2026</u>	Prorrogar para dezoito meses, contado da data de seu início, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping , de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de refratários básicos e não básicos, comumente classificadas nos subitens 6815.91.10, 6815.91.90, 6815.99.19, 6815.99.90, 6902.10.18, 6902.10.19, 6902.10.90, 6902.20.10, 6902.20.91, 6902.20.99 e 6902.90.90 da NCM, originárias da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 75/2025.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 73, de 31/07/2026.</u>	Abre consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto à implementação do parágrafo 39 do Anexo 18-A do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia .



LEGISLAÇÕES E NORMAS PUBLICADAS NO PERÍODO

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Ato COTEPE/ICMS/CONFAZ/MF nº 63, de 16/06/2026</u>	Altera os Anexos II e IV do Ato COTEPE/ICMS nº 43/2023, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS nº 199/22 e no Convênio ICMS nº 15/23, e a suspensão para armazenagem do EAC nos termos do Convênio nº 15/23 no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192/2022.
<u>Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 182, de 16/06/2026</u>	Altera o Processo Produtivo Básico para produtos produzidos, predominantemente, com matérias-primas da Amazônia Ocidental ou Amapá de origem: agrícola, pecuária, avícola, pisco, apícola, mineral e extrativa vegetal, industrializados na Zona Franca de Manaus.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.328, de 17/06/2026</u>	Altera a IN RFB nº 2.295/2025 (BELUX 233/2025), que dispõe sobre o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal - Confia da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
<u>Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 3, de 19/06/2026</u>	Dispõe sobre a autorização conjunta do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para publicação na Internet, em domínios públicos próprios do CGIBS e da RFB, da documentação técnica da Declaração de Regimes Específicos (DeRE) , e ratifica suas versões preliminares.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução BCB nº 574, de 18/06/2026</u>	Altera a Resolução BCB nº 277/2022, que regulamenta o mercado de câmbio , para dispor sobre a prestação de informações relativas a operações com ativos virtuais nesse mercado.
<u>Resolução BCB nº 575, de 18/06/2026</u>	Altera a Resolução BCB nº 277/2022, e a Resolução BCB nº 278/2022, para dispor sobre contas de depósito em moeda estrangeira tituladas por pessoas jurídicas exportadoras de bens; por pessoas jurídicas residentes de direito privado devedoras de crédito externo; por sociedades sediadas no país com participação direta de não residente em seu capital social; e por pessoas jurídicas não residentes credoras de crédito externo a residentes ou com participação direta no capital de sociedade sediada no país.
<u>Resolução CGEFROTA/PR nº 3, de 19/06/2026</u>	Dispõe sobre critérios de elegibilidade dos beneficiários e contrapartidas obrigatórias aos fabricantes de veículos, critérios de financiamento, e dá outras providências.
<u>Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 3, de 19/06/2026</u>	Dispõe sobre a autorização conjunta do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para publicação na Internet, em domínios públicos próprios do CGIBS e da RFB, da documentação técnica da Declaração de Regimes Específicos (DeRE) , e ratifica suas versões preliminares.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Ato COTEPE/ICMS/CONFAZ/MF nº 64, de 22/06/2026</u>	Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS nº 43/2023, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS nº 199/22 e no Convênio ICMS nº 15/23, e a suspensão para armazenagem do EAC nos termos do Convênio nº 15/23 no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192/2022.
<u>Portaria MF nº 1.785, de 19/06/2026</u>	Atribui a súmulas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF efeito vinculante em relação à administração tributária federal.
<u>Retificação – Resolução CGEFROTA/PR nº 3, de 19/06/2026.</u>	Retifica o ato supracitado que dispõe sobre critérios de elegibilidade dos beneficiários, contrapartidas obrigatórias aos fabricantes de veículos, critérios de financiamento, e dá outras providências.
<u>Portaria MAPA nº 922, de 23/06/2026</u>	Institui o Programa de Integração Produtiva e Logística Brasil-Bolívia-Pacífico.
<u>Portaria GM/MDIC nº 176, de 24/06/2026</u>	Estabelece os procedimentos e as condições para habilitação de plataformas digitais intermediadoras, fabricantes e importadores , no âmbito do financiamento reembolsável de que trata o art. 8º A da Lei nº 14.947/2024, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.366/2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Ato Declaratório Executivo RFB/MF nº 4, de 23/06/2026</u>	Declara a classificação fiscal na Nomenclatura Comum do Mercosul das mercadorias que especifica.
<u>Decreto nº 13.039, de 29/06/2026</u>	Promulga o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Singapura, firmado em Brasília, em 25/11/2008.
<u>Decreto nº 13.045, de 30/06/2026</u>	Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, firmado em Kingston, em 13/02/2014.
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 55, de 2026</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.357/2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804/1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais .
<u>Portaria MAPA nº 927, de 02/07/2026</u>	Institui o Programa Experiência Agro Brasil , no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.
<u>Instrução Normativa BCB nº 757, de 08/07/2026</u>	Estabelece os procedimentos para a prestação de informações ao Banco Central do Brasil relativas a contas de depósito em moeda estrangeira de que trata o art. 80-A da Resolução BCB nº 277/2022.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria RFB/MF nº 702, de 08/07/2026</u>	Altera a Portaria RFB nº 309/2023, que dispõe sobre o funcionamento do Contencioso Administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil.
<u>Portaria RFB/MF nº 703, de 09/07/2026</u>	Estabelece a jurisdição dos contribuintes admitidos no Programa Confia e transfere competências entre unidades e atribuições entre dirigentes.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.333, de 30/06/2026</u>	Altera a IN RFB nº 2.119/2022, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
<u>Portaria MF nº 2.060, de 10/07/2026</u>	Altera a Portaria MF nº 2.786/2025, que fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2026, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica , nos termos da Lei nº 8.010/1990, da Lei nº 8.032/1990 e da Lei nº 10.865/2004.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 940, de 16/07/2026</u>	Altera a Resolução GECEX nº 166/2021, que dispõe sobre as diretrizes e as condições para concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX .
<u>Ato Declaratório Executivo COANA/SUANA/RFB/MF nº 55, de 16/07/2026</u>	Divulga o valor da mediana, em reais, para lançamento no 2º semestre de 2026 do crédito tributário relativo à mercadoria importada que tenha sido extraviada ou consumida , nos termos do art. 67 da Lei nº 10.833/2003.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Decreto nº 13.075, de 21/07/2026</u>	Altera o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS .
<u>Resolução CNSP/SUSEP/MF nº 494, de 17/07/2026</u>	Dispõe sobre as operações de cessão e aceitação de resseguro e retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro , as operações em moeda estrangeira e as contratações de seguro no exterior.
<u>Portaria RFB/MF nº 705, de 21/07/2026</u>	Altera a Portaria RFB nº 328/2023, que regulamenta o canal de atendimento Fale Conosco da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil .
<u>Medida Provisória nº 1.379, de 22/07/2026</u>	Altera a Lei nº 15.473/2026, que altera a Lei nº 9.818/1999, e a Lei nº 12.712/2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.
<u>Lei nº 15.473, de 22/07/2026</u>	Altera as Leis nºs: 9.818/1999, e 12.712/2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação .
<u>Decreto nº 13.081, de 27/07/2026</u>	Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul - Mercosul e a República de Singapura , firmado pela República Federativa do Brasil, no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 2023.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 200, de 17/07/2026</u>	Altera a Portaria COANA nº 188/2026, que regulamenta a simplificação dos procedimentos de trânsito aduaneiro e estabelece os requisitos para o monitoramento de veículos terrestres e de unidades de carga.
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 201, de 20/07/2026</u>	Aprova a realização do Teste de Procedimentos no âmbito do diferimento do pagamento de tributos incidentes na importação , nos termos da Lei Complementar nº 225/2026.
<u>Ato Conjunto RFB/CGIBS/MF nº 4, de 30/07/2026.</u>	Estabelece as datas de início da obrigatoriedade de emissão dos documentos fiscais eletrônicos de que trata o art. 112 dos regulamentos do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e dá outras providências.
<u>Ato Técnico Conjunto RFB/CGIBS nº 1, de 31/07/2026.</u>	Dispõe sobre a aprovação conjunta do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) da documentação técnica dos documentos fiscais que especifica e ratifica a documentação técnica anteriormente disponibilizada , conforme especifica.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 948, de 04/08/2026.</u>	Altera o Anexo I da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de alteração da Nomenclatura Comum do Mercosul e sua correspondente Tarifa Externa Comum , conforme estabelecido na Resolução nº 16/26 do Grupo Mercado Comum do Mercosul.

SOLUÇÕES DE CONSULTA



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.194 a 98.197, de 09/06/2026; 98.198 e 98.199, de 10/06/2026; 98.200, de 11/06/2026; 98.201 a 98.206, de 12/06/2026; e 98.207, de 16/06/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 9018.32.19, 3001.90.20, 2710.12.90, 3808.93.24, 8543.70.99, 6402.99.90, 8418.61.00, 2008.19.00, 3005.90.90, 3004.50.90, 3916.90.90, 3923.90.90, 9032.89.11 e 9031.80.99).
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.187 a 98.191, de 03/06/2026; 98.192 e 98.208, de 05/06/2026; e 98.209, de 23/06/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8539.51.00, 6307.10.00, 6212.90.00, 2905.19.99 e 3402.49.00).
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.187 a 98.191, de 03/06/2026; 98.192 e 98.208, de 05/06/2026; e 98.209, de 23/06/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8539.51.00, 6307.10.00, 6212.90.00, 2905.19.99 e 3402.49.00).
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.169, de 28/05/2026; 98.170, de 29/05/2026; 98.216 a 98.218, de 06/07/2026; 98.223 e 98.224, de 09/07/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8418.69.99, 8535.90.90, 9405.41.00, 8543.70.99, 8504.40.21, 3824.99.79 e 9019.20.90).
<u>Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.193, de 05/06/2026; 98.210 a 98.215, de 01/07/2026; 98.219 a 98.222, de 09/07/2026; 98.225, de 10/07/2026; 98.226 a 98.228, de 15/07/2026; 98.229 a 98.233, de 16/07/2026; e 98.234 e 98.235, de 17/07/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 6307.10.00, 2106.10.00, 3924.90.00, 3926.90.90, 1905.90.90, 8714.10.00, 1702.90.00, 8415.90.90, 9031.49.90, 4011.10.00, 3823.70.10, 3903.20.00, 3824.99.79, 2309.90.90, 3305.90.00, 8537.10.90 e 9018.39.29).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Solução de Consulta</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 119, de</u> <u>23/07/2026</u>	Informa que a parcela do custo do seguro de transporte rodoviário de carga internacional que corresponda ao transporte efetuado do país de origem até o ponto de fronteira alfandegado (trecho internacional) - incluindo-se aí o custo do seguro que cubra a carga, descarga e manuseio das mercadorias importadas até o referido ponto - compõe o valor aduaneiro, independentemente de quem assume o seu ônus.
<u>Solução de Consulta</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 128, de</u> <u>31/07/2026</u>	Informa que o importador de mercadorias que atua por conta e ordem de terceiro fica dispensado de incluir o valor do frete no valor total da operação de que decorrer a saída da mercadoria de seu estabelecimento equiparado a industrial, em decorrência de a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estar dispensada de contestar e recorrer das ações em que se discute a inclusão dos valores pagos a título de frete na base de cálculo do IPI, em razão da extensão dos efeitos, para a esfera administrativa, do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal por meio do RE nº 567.935/SC (Tema nº 84 do STF).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/7ªRF nº 7.006, de 29/06/2026</u>	Informa que o valor aduaneiro de mercadorias corresponderá ao valor total da transação , assim entendido como o preço efetivamente pago ou a pagar pela mercadoria importada, incluídos os valores relativos ao frete, seguro e demais despesas associadas à compra. O valor da comissão devida aos " marketplaces e outros sites em razão do uso da plataforma digital ", por empresa de comércio eletrônico, cujo ônus é suportado pelo comprador das mercadorias, deve compor o valor total da transação das mercadorias importadas para fins de determinação do seu valor aduaneiro.
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/7ªRF nº 7.007, de 29/06/2026</u>	Informa que o Regime Aduaneiro de Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo não é aplicável a bens que sejam exportados com ânimo definitivo.



MATÉRIAS PUBLICADAS NO PORTAL SISCOMEX

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 060/2026</u>	Informa que a solicitação de declaração de importação por processo administrativo e/ou processo judicial será feita através do formulário Requerimentos Web disponível no Portal e-CAC (Legislação e Processo -> Requerimentos Web -> Solicitar Serviço -> Área de Concentração de Serviço -> Assuntos Aduaneiros). No preenchimento do requerimento, o interessado deverá informar o local de armazenamento da mercadoria, conforme disposto no Anexo I, item 24, da Instrução Normativa SRF nº 680/2006: “Local de Armazenamento – Local onde a mercadoria será disponibilizada para conferência aduaneira”.
<u>Importação nº 065/2026</u>	Informa que a lista de domínio do atributo de Duimp “cClassTrib” foi atualizada conforme Informe Técnico 2025.002 - Versão 1.60 do CGIBS/RFB, publicada em 23 de junho de 2026, no Portal da Nota Fiscal Eletrônica (https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx). A lista de domínio referida é parte da Tabela de classificação tributária do IBS e CBS (cClassTrib) - Referente ao IT 2025.002.v.1.60, e inclui apenas os códigos cClassTrib que devem ser utilizados em operação de importação a ser registrada em DI ou Duimp.
<u>Importação nº 078/2026</u>	Informa que foi implementada no dia 15/07/2026, no Portal Único Siscomex (Duimp) e no Siscomex Importação (DI), atualização da forma de cálculo da alíquota do Imposto de Importação aplicável às importações amparadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, internalizado pelo Decreto nº 12.953/2026.



DIEGO JOAQUIM
& A D V O G A D O S

Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150
Térreo - Condomínio Galleria Plaza
Jardim Madalena - Campinas/SP
CEP: 13091-611

 (19) 3342-3900

 www.dja.adv.br

 DJA | Diego Joaquim & Advogados

 @diegojoaquimeadvogados